
ECONOMIA E ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL*



Lucas Valente Souto, Almir Mariano de Sousa Júnior,
Francisco do O'De Lima Júnior

Resumo: o processo de formação do espaço urbano e o aumento da taxa de urbanização em grande parte do mundo são marcados pela industrialização. No caso brasileiro, aconteceu mais intensamente a partir da segunda metade do século XX, levando grande parte da população rural migrar para as áreas urbanas. Nos municípios da região semiárida brasileira, o processo de urbanização com eventual migração ocorreu também devido ao fator climático da região, devido os longos períodos de secas. O objetivo desse trabalho é analisar o processo de urbanização da microrregião de Pau dos Ferros/RN e seus desdobramentos na dinâmica econômica local, tendo como base a perda da representatividade do setor rural/agropecuário, causado pelas intempéries do clima. Usou-se dados de órgãos oficiais (IBGE; ATLAS Brasil) com exploração descritiva. Verificou-se que houve significativo processo de urbanização concomitante com a perda de representatividade do setor primário em detrimento dos outros setores que compõem o PIB.

Palavras-chave: Urbanização. Semiárido. Microrregião de Pau dos Ferros/RN/Brasil.

ECONOMY AND ASPECTS OF URBANIZATION IN THE PAU DE FERROS MICRO-REGION, RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL

Abstract: the process of formation of urban space and the increase of rate of urbanization in majority of the world are marked by industrialization. In the Brazilian case, it happened more intensely from the second half of the 20th century, leading much of the rural population to migrate to urban areas. In the municipalities of the Brazilian semi-arid region, the process of urbanization with possible migration over time, as well as the climatic factor of the region, due to long periods of drought. The objective of this work is to analyze the urbanization process of the Pau dos Ferros/RN microregion and its repercussions in the local dynamics, based on the loss of representativeness of the rural / agricultural sector, caused by bad weather.

Data from official agencies (IBGE, ATLAS Brasil) were used with descriptive research. It was verified that a process of urbanization occurred with a loss of representativeness of the primary sector to the detriment of the other sectors that compose the GDP.

Keywords: Urbanization. Semi-arid. Microregion of Pau dos Ferros/RN/Brazil.

ECONOMÍA Y ASPECTOS DE LA URBANIZACIÓN EN LA MICRO REGIÓN DE PAU DE FERROS, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL.

Resumen: el proceso de formación del espacio urbano y el aumento de la tasa de urbanización en gran parte del mundo están marcados por la industrialización. En el caso brasileño, ocurrió más intensamente a partir de la segunda mitad del siglo XX, llevando gran parte de la población rural migrar a áreas urbanas. En los municipios de la región semiárida brasileña, el proceso de urbanización con eventual migración a lo largo del tiempo, así como el factor climático de la región, debido a largos períodos de sequías. El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de urbanización del microrregión de Pau dos Ferros / RN y sus rebajas en la dinámica local, teniendo como base la pérdida de la representatividad del sector rural / agropecuario, causado por intemperies del clima. Se utilizaron datos de órganos oficiales (IBGE, ATLAS Brasil) con la investigación descriptiva. Se verificó que ocurrió un proceso de urbanización concomitante con una pérdida de representatividad del sector primario en detrimento de los otros sectores que componen el PIB.

Palabras clave: Urbanización. Semiárido. Microrregión de Pau dos Ferros/RN/Brasil.

A elevação acentuada da taxa de urbanização mundial, e que ocorreu sobretudo na Europa Ocidental (Inglaterra), se deu com a I Revolução Industrial no século XVIII, onde a implantação de grandes indústrias nos aglomerados urbanos impulsionou a migração campo-cidade, impactando no processo de urbanização e aumento populacional. Mediante isso Spósito (1997, p. 42) explana que, “dado o caráter urbano da atividade industrial (...), as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho”.

Todavía, no território brasileiro o início da industrialização ocorreu de forma tardia, na transição dos séculos XIX para o XX, e de maneira muito tímida, pois historicamente o carro chefe da economia era o setor primário exportador, caracterizado como produtor de *commodities*. Por esse fato, grande parte da população vivia no campo e tinha seus rendimentos vinculados ao setor primário. Em meados do século XX, com as críticas feitas pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), tomam corpo ações apontando para a industrialização da América Latina para superar o *gap* estabelecido entre os países desenvolvidos (industrializados/centro) e os subdesenvolvidos (agroexportadores/periferia). No Brasil as indústrias se instalaram inicialmente nas áreas centrais das grandes cidades, principalmente na região Centro-Sul do país, em espaços mais próximos do mercado consumidor, da gestão pública e dos terminais de transportes, buscando economias de escala.

Conforme relata Spósito (1997, p. 10), “a industrialização dá o ‘tom’ da urbanização contemporânea”. A instalação desses empreendimentos atraiu grande número de pessoas que se deslocaram em grande parte do campo para a cidade a fim de, ofertar sua mão-de-obra e assim ascender a um padrão de vida melhor. Esse fluxo intensificou-se no Brasil ainda mais a partir da década de 1970, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (DANTAS; SILVA, 2011). Entretanto, Spósito (1997)

exalta que o aumento do processo de urbanização nos países da periferia, não pode ser explicado apenas pelo aumento da industrialização.

Mediante o processo de intensa migração do meio rural para o urbano motivada pela busca de melhoria de vida, Dantas e França (2016) apontam que ocorreram mudanças econômicas, sociais, demográficas e espaciais em todo o país, mas essas mudanças não foram capazes de modificar, em termos estruturais, as disparidades regionais existentes. Contudo, começaram a surgir graves problemas sociais relacionados à moradia, saúde, educação, emprego e renda nessas centralidades.

No tocante a realidade da microrregião de Pau dos Ferros, localizada no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro, a migração campo-cidade ocorreu de forma significativa nos últimos trinta anos, não por algum processo industrializante. Atualmente essa região tem como variável preponderante na economia o “valor adicionado bruto dos serviços”, composto por atividades quase exclusivamente urbanas e que exigem a aglomeração de pessoas, instituições e empresas.

A problemática dos períodos de estiagem tão inerentes ao clima semiárido, não é novidade na literatura e muito menos no cotidiano dos habitantes locais. Grande parte desse problema tem origem na ausência de planejamento econômico, urbano-regional e ações efetivas por parte dos governantes. “As políticas de combate à seca (emergenciais e estruturais) entraram em crise ainda na primeira metade do século XX” (SILVA, 2007, p. 472). Esta passagem é baseada no diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) ainda no final da década de 1950, encabeçado por Celso Furtado.

As ações governamentais implantadas até ali apenas reforçavam a “indústria da seca” e não mitigavam efetivamente os problemas advindos da escassez de água. Foi apenas no final dos anos 1980 que a perspectiva de convívio com a seca emergiu e começou a criar alternativas para a população rural e até mesmo urbana das pequenas cidades do Nordeste semiárido brasileiro. Entretanto, a microrregião de Pau dos Ferros ainda é assolada fortemente com os efeitos da seca: os municípios que a compõe têm seu abastecimento de água feito por meio de carro-pipa ou da adutora de engate rápido que transporta água da barragem de Santa Cruz localizada no município de Apodi-RN (a 70km de distância) para os municípios da microrregião.

Estabelecido na Mesorregião Oeste do território do Rio Grande do Norte, cravados na região semiárida brasileira, a microrregião de Pau dos Ferros é composta por dezesseite municípios que juntos possuem uma população de 114.267, sendo 68% no perímetro urbano e 32% na zona rural (IBGE, 2010).

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de formação e urbanização na microrregião de Pau dos Ferros/RN, a partir das novas perspectivas de desenvolvimento da região e da perda de importância do setor primário, e seus rebatimentos na área urbana. Foi realizado um estudo de levantamento com os 17 municípios onde foram empregados dados secundários extraídos das bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos de 1991, 2000 e 2010 e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). As variáveis con-

templadas foram: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Percentual de ocupados com 18 anos ou mais nos setores (serviços, comércio, indústria, construção civil e agropecuário); População; Produto Interno Bruto Municipal e Taxa de Urbanização.

O processo de urbanização e o estado do Rio Grande do Norte

Notas acerca do Processo De Urbanização Brasileiro

O processo de urbanização remete à ideia de cidade, de centro, de aglomeração. Cidade esta que é instituída como o *lócus* das transações capitalistas, ambiente das forças políticas e econômicas, apresentando certo nível de aglomeração de pessoas e que subordina o espaço rural às suas diretrizes.

Esse processo se apresenta como uma tendência em todo o território brasileiro segundo os últimos três censos do IBGE, que demonstram o aumento da população urbana. Segundo Diniz (2011, p. 296), “no Brasil, o processo de ocupação territorial e de desenvolvimento econômico se fez com forte concentração populacional e econômica em poucas regiões e Estados, caracterizando grandes desigualdades regionais”. Neste contexto de ocupação do território, a literatura existente faz alusão à constituição das cidades e seu intenso aumento populacional, ligados à industrialização.

Sobre a urbanização no Brasil, Santos (2013) argumenta que no século XIX já apresentava certa maturidade, porém foi apenas no século XX que ela apresentou as características observadas atualmente. Conforme Dantas e Clementino (2014, p. 73), “a aceleração do processo de urbanização a partir dos anos 1960, bem como a consequente reorganização do sistema urbano se deu, portanto, sob os impactos da industrialização com todas as características de um país periférico”. Perante isso, a lógica da industrialização tendeu a subordinar todos os outros nichos e mudou a realidade de muitas cidades e regiões.

Como afirma Spósito (1988, p. 10),

O desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-la no “centro” de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo.

Ainda no cerne da discussão do processo de urbanização do Brasil, Santos (2013, p. 9) relata que,

Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macroubanização e metropolização.

Em virtude das dimensões continentais do território brasileiro, da forte concentração das atividades políticas, sociais e administrativas e das atividades econômicas que em sua maior parte eram voltadas para o mercado externo, grande parte do território nacional que

não estava na zona costeira e nem na região polo do país (Centro-Sul), era até o terceiro quarto do século passado (século XX) constituído de áreas com baixa taxa de urbanização, já que, a principal atividade econômica dessas localidades/regiões era proveniente do setor primário, onde a população encontrava-se dispersa estabelecida nas áreas rurais.

Assim, a divisão social do trabalho engendrada no país, segmentou as diversas regiões dando-lhes importância de acordo com suas vantagens comparativas. Coube ao semiárido do Nordeste brasileiro em quase toda sua totalidade ver seu processo de urbanização sendo influenciado pelas atividades do setor primário e atualmente pelo setor terciário, com grande presença das transferências de recursos governamentais mantendo essa urbanização, desses aglomerados estabelecidos nas localidades que estão longe dos grandes centros econômicos.

Contudo, Spósito (1997) aponta que a divisão social do trabalho se apresentou como um dos alicerces para a gênese urbana, local onde houve a estratificação das atividades trabalhistas dando origem a uma estrutura de classes, o que se manifestou em todo o território brasileiro constituindo a hierarquia de sua rede urbana.

No caso do Rio Grande do Norte, o sistema urbano é composto por 167 municípios, dentre os quais 84% possuem menos de 20 mil habitantes, 25% possuem mais de 20 mil e menos de 100 mil habitantes e 5% possuem mais de 100 mil habitantes. O destaque é para a Região Metropolitana de Natal e o município de Mossoró, que apresentam as maiores taxas populacionais e também sendo os polos econômicos do estado. Percebe-se forte semelhança do Rio Grande do Norte com a dinâmica do território do estado Ceará relatada por Macedo *et al.* (2012, p. 71), quando descreve que o interior do estado divide-se basicamente em duas partes: uma dinâmica, composta por municípios que apresentam crescimento econômico e possuem características que atraem o capital privado e outra parte com reduzida capacidade de atração do investimento privado, sendo alvo apenas dos investimentos públicos e das transferências intergovernamentais.

Essa baixa capacidade de atração dos investimentos privados, muito tem a ver com a questão do clima semiárido e da distância dos grandes mercados consumidores. Os grandes períodos de estiagem faz com que haja escassez da água, que é um dos principais insumos utilizados em diversos segmentos industriais. Quanto à distância dos grandes centros, a região semiárida do estado do Rio Grande do Norte, mas precisamente na região do Alto Oeste do Estado de fato localiza-se a uma distância considerável da capital Natal, de Fortaleza/CE, de Recife/RN e da região Centro-Sul do país. Singer (1980, p. 139) explica que, “é verdade que algumas cidades médias e até mesmo pequenas também abrigam indústrias, mas este fato tende a se tornar cada vez mais excepcional, a não ser quando os núcleos urbanos menores estão na periferia e sob a influência de alguma grande cidade.” Essa situação é observada na região do Alto Oeste como um todo, onde o quantitativo de indústrias é baixíssimo e sem grandes desdobramentos.

O Processo de Ocupação do Estado do Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte teve sua ocupação inicialmente estabelecida na zona litorânea, a partir da frente de expansão pernambucana, que se empenhou em ampliar

seu território visando estender o cultivo da cana-de-açúcar (litoral), o principal produto exportado e, posteriormente com a ocupação do interior, pela pecuária (sertão) tornou-se responsável pelo fornecimento de carne no mercado interno. Clementino (1995) relata que, até o século XVIII o que hoje compreende o estado do Rio Grande do Norte, havia apenas 08 municípios sendo eles Natal, Extremoz, Arês, São José e Vila Flor voltados para a cultura da cana-de-açúcar e Portalegre, Assu e Caicó ao setor da pecuária. A autora ainda relata que até o início do século XX o estado possuía apenas 37 municípios.

A concepção dos núcleos urbanos e a formação da rede urbana estadual se consolidaram sob o setor agropecuário, suporte ao modelo primário-exportador implantado no Brasil desde o período colonial e apropriado pelo capital mercantil local. Como relatado anteriormente, a formação das vilas e cidades ao longo do território do Rio Grande do Norte foram consequência da economia açucareira e da expansão da criação de gado por meio dos “caminhos do gado”, abertos no sertão, que fizeram nascer diversas aglomerações por seus caminhos, resultando em feiras e mercados que posteriormente viriam a ser cidades.

Outras duas commodities que impulsionaram a economia potiguar, assim como, seu processo de criação de municípios, foram o cultivo do algodão e extração do sal marinho. A cultura algodoeira experimentou seu primeiro *boom* no século XIX quando os Estados Unidos da América entram em guerra e reduziu o fornecimento do produto para a Inglaterra. A indústria inglesa procurou novos fornecedores, o que fez com que os campos de produção do Nordeste brasileiro prosperassem. Essas atividades agropecuárias que compunham e eram base da renda estadual sempre sofreram grande oscilação devido aos períodos de estiagem das chuvas que provocavam as secas no interior do estado, principalmente na região semiárida.

Sobre o processo de ocupação do interior do território potiguar, Clementino (1995, p. 101) relata que,

percebe-se que não foi o algodão que ocupou inicialmente o território potiguar e produziu seu povoamento. Essa tarefa foi desempenhada pelo gado. (...) Acontece que quando o algodão se torna o principal produto da economia estadual, o faz, ocupando a mesma base física do gado; e, quando muito, ratificou o povoamento do interior por ele realizado.

A região na qual está inserida a microrregião de Pau dos Ferros/RN teve seu processo de povoamento e formações cultural, econômica e social a partir das atividades agropecuárias, iniciadas quando houve o “adentramento” da população branca no interior do Nordeste brasileiro aproximadamente no século XVIII, saindo da zona da costa leste onde havia as plantações de cana-de-açúcar, para expandirem a criação de gado. O algodão também foi fundamental no processo de formação dessa região, que teve um grande dinamismo sustentando boa participação na composição das exportações do estado do Rio Grande do Norte até a década de 1970 (CLEMENTINO, 1995). Hoje não tem grande representatividade na economia local, devido aos problemas enfrentados com as pragas, escassez de água, falta de políticas públicas de desenvolvimento regional e a concorrência em bases mais competitivas de outras regiões do país como o Centro-Oeste e a concorrência internacional de países como China, Estados Unidos da América, Índia e Paquistão (ABRAPA, 2017).

Neste processo de constituição e fixação dessas cidades, Macedo *et al.* (2012) faz menção que, o processo de conquista/ocupação do território com base na geração do excedente propenso à comercialização com base na pecuária, conformou as primeiras aglomerações que viriam ser posteriormente cidades comerciais que dariam suporte a rede urbana estadual e nacional.

O que se observa atualmente na região em análise é o aumento do fluxo populacional e uma urbanização que não é ligada diretamente à indústria, mas sim, baseada no setor terciário (comércio e serviços). Em virtude da urbanização esparsa e fragmentada no interior do Nordeste, alguns dos centros urbanos assumem as funções de intermediação entre os grandes centros e as pequenas cidades (DANTAS; CLEMENTINO, 2014).

O município de Pau dos Ferros/RN é classificado como centro sub-regional A na organização hierárquica estabelecida pelo estudo do REGIC¹, e não é só o núcleo/centro da referida microrregião, mas se apresenta como o principal polo da região Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte. Este município se caracteriza como centro polarizador e dinamizador da economia regional, que, apesar de suas características populacionais comuns a classificação de pequena cidade, demonstra nível de uma cidade inter (média), em virtude de seus serviços e comércio predados segundo os estudos apresentados por Dantas (2014). Essa caracterização de cidade intermediária transborda a hierarquia adotada por diversos estudiosos que levam em conta o tamanho da população.

O quantitativo populacional deve ser apenas um balizador para estabelecer diretrizes a cerca de como classificar as cidades quanto ao tamanho sendo, entretanto, um critério rígido (ENDLICH, 2006). Pau dos Ferros/RN é assim qualificado devido a sua posição geográfica, margeado por duas rodovias federais (BR-206 e BR-405), estando nas proximidades das fronteiras com os estados do Ceará e da Paraíba, e graças aos diversos serviços públicos ofertados na cidade, como educação de nível superior, possuindo três grandes entidades: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semiárido e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (DANTAS; CLEMENTINO, 2014).

Na área de saúde possui um hospital estadual que atende grande parte da população da região e dos estados que fazem fronteira. Sendo assim, a cidade aqui analisada é referenciada como mediadora e facilitadora para os municípios que o circundam e até extrapolando as divisas interestaduais ou as fronteiras internas. Para corroborar com tal pensamento Brandão (2012, p. 61) argumenta que, “a distância do mercado hierarquiza o território, estruturando-o em rede de centros urbanos.” Ou seja, em virtude da distância em relação aos grandes centros, principalmente estaduais (Mossoró e Natal), Pau dos Ferros tornou-se uma referência de serviços para a população da região Alto Oeste.

O processo de urbanização que emergiu inicialmente nos países europeus graças à Revolução Industrial e que, conseqüentemente, culminou no aumento significativo das aglomerações urbanas, se disseminou em países periféricos como o Brasil, sendo responsável pelo aumento da taxa de urbanização dos grandes centros, mas não sendo responsável de forma direta pela urbanização na região do Alto Oeste Potiguar. O setor que deu o caráter aglomerativo da região pode ser entendido como o setor terciário, constituído pelo comércio e serviços.

Para Singer (1980) o comércio é uma atividade econômica que exige concentração espacial. Ou seja, a aglomeração de pessoas, instituições e empresas respalda o crescimento de localidades/cidades em virtude do setor terciário. Como é o caso de grande número de cidades que compõem o semiárido nordestino e também as cidades da microrregião de Pau dos Ferros/RN, e da sua cidade-núcleo, a própria Pau dos Ferros.

A respeito das pequenas cidades do interior do país, também enfocadas neste artigo, Singer (1980, p. 139) aborda o seguinte:

(...) As pequenas cidades do interior são, em geral, centros de comercialização dos produtos agrícolas produzidos na área circunvizinha (chamada de seu *hinterland*), sendo muitas vezes também sedes de governos municipais. Algumas também abrigam guarnições militares, outras são sedes de escolas médias ou até superiores, de hospitais, de comarcas judiciárias ou de dioceses. Desta maneira, estas cidades de porte reduzido relativamente prestam serviços comerciais, administrativos, de manutenção da ordem, educacionais etc. não só à sua própria população, mas também à que vive em seu '*hinterland*'.

Observando o contexto da microrregião alvo do presente estudo, que é constituída de pequenas cidades, a partir de tais considerações percebemos que algumas dessas funções, como: escolas de nível superior (universidades), hospitais de referência e comarcas jurídicas não estão presentes na maioria delas. Entretanto, como mencionado anteriormente, a dinâmica de Pau dos Ferros destoa das demais, onde é perceptível a forte influência e poder de polarização que a cidade estabelece com sua *hinterlândia* e cidades circunvizinhas. Sendo nitidamente o núcleo de integração dos processos, informações, pessoas e recursos da região Alto Oeste Potiguar, o crescimento paufferrense impactou em uma expansão da área urbana e redução das atividades primárias em detrimento do setor de serviços, permitindo a cidade galgar status *inter* (médio), segundo os estudos de Dantas (2014).

Caracterização da Microrregião de Pau dos Ferros/RN.

A referida microrregião está localizada no semiárido brasileiro, na mesorregião do oeste potiguar, mais especificamente na região do Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte que é composta por outras duas microrregiões (São Miguel e Umarizal). Onde o bioma preponderante é a Caatinga, vegetação essa específica das áreas de clima seco que conseguem suportar grandes períodos de estiagem. Região onde a média pluviométrica varia entre 200 a 800 mm ano (AB'SABER, 2003).

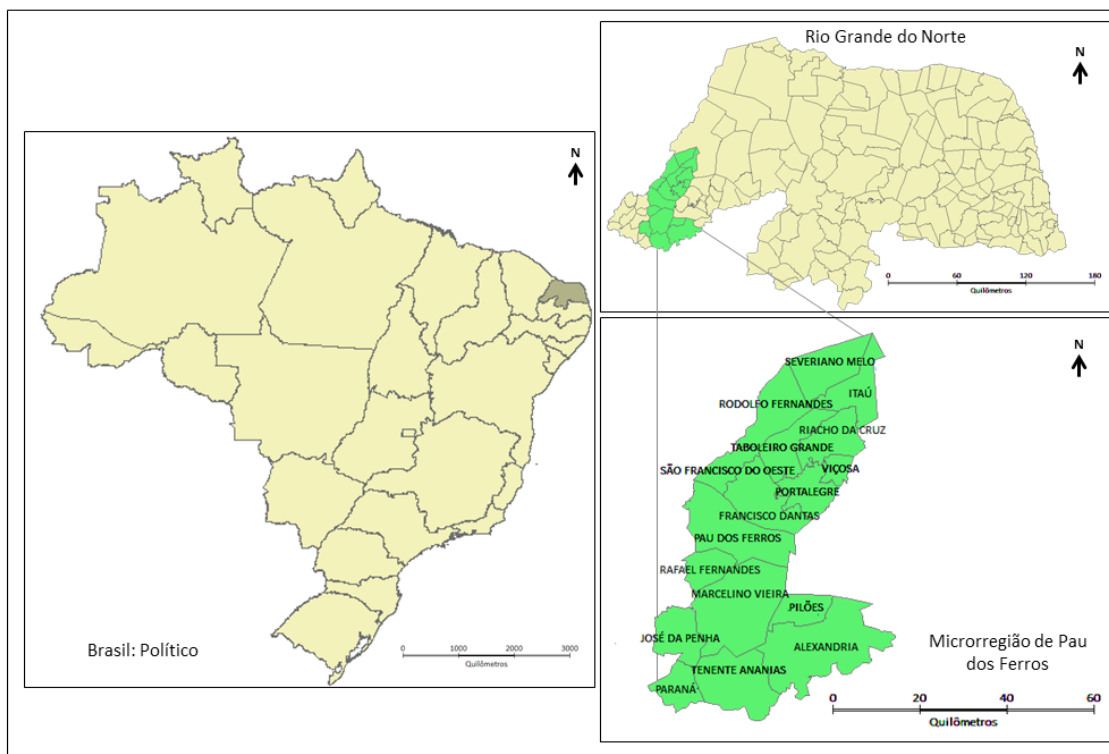


Figura 01: Mapa da Microrregião de Pau dos Ferros-RN
 Fonte: Elaborado pelos autores (2017). Utilizado o software Terraview 4.2

Segundo a classificação dada pelo IBGE, todas as cidades que compõem a análise do presente artigo enquadram-se como de pequeno porte, pois possuem população abaixo de 50 mil habitantes, porém Pau dos Ferros contraria essa taxonomia, caracterizando-se como uma cidade (inter) média, devido à sua intensa capacidade polarizadora e de influência na região, onde são ofertados serviços comerciais, educacionais, de saúde, jurídicos, bancários, dentre outros (DANTAS, 2014). O processo de constituição de Pau dos Ferros e dos municípios que o circundam foi forjado a partir do binômio gado-algodão que movimentou a economia do sertão nordestino por muito tempo.

A microrregião de Pau dos Ferros é composta pelos seguintes municípios: Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias e Viçosa. A maioria deles possui baixa densidade populacional, sendo que 82% desses municípios têm menos de 10 mil habitantes. Destaca-se Pau dos Ferros com a maior população, 27.745 habitantes e, na outra ponta com a menor população o município de Viçosa, com 1.618 habitantes (IBGE, 2010).

Tal microrregião compõe a rede urbana do estado do Rio Grande do Norte, forjada no oeste do estado fazendo fronteira interna com os estados do Ceará e Paraíba. Teve seu processo de formação e consolidação sobre o domínio do capital mercantil, bastante atuante nas áreas semiáridas do Nordeste, muito parecida com a lógica que originou também a rede urbana vizinha, do Estado do Ceará, que surge de forma tardia se comparada à região nordestina da zona da mata, nascendo assim como suporte à circulação de excedentes do capital mercantil (MACEDO; LIMA JÚNIOR; MORAIS, 2012, p. 72).

O REGIC (2007) caracteriza o município de Pau dos Ferros como “Centro Sub-regional A” e o município de Alexandria/RN como “Centro de Zona B” e os demais que compõem a microrregião em “Centros Locais”. Transportando tais informações para a realidade, percebe-se que Pau dos Ferros possui atributos de polarização e de influência em mais alta na hierarquia urbano-regional do Alto Oeste Potiguar.

Economia e aspectos do processo de urbanização na microrregião de Pau dos Ferros/RN.

Conforme já apontado neste trabalho, os dezessete municípios que compõem a referida microrregião são caracterizados pelo baixo índice populacional e demográfico. Sendo classificados segundo o critério populacional como pequenas cidades. São cidades próximas umas das outras e que compõem a rede urbana do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como cidade central Pau dos Ferros e as demais tidas como cidades satélites.

Tabela 01: População total da microrregião de Pau dos Ferros-RN e taxa de crescimento populacional

Município	Ano			Crescimento (%)	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Alexandria (RN)	14.580	13.772	13.507	-6%	-2%
Francisco Dantas (RN)	3.267	3.021	2.874	-8%	-5%
Itaú (RN)	4.901	5.271	5.564	8%	6%
José da Penha (RN)	5.531	5.908	5.868	7%	-1%
Marcelino Vieira (RN)	8.813	8.373	8.265	-5%	-1%
Paraná (RN)	3.510	3.633	3.952	4%	9%
Pau dos Ferros (RN)	20.827	24.758	27.745	19%	12%
Pilões (RN)	2.161	3.002	3.453	39%	15%
Portalegre (RN)	6.357	6.746	7.320	6%	9%
Rafael Fernandes (RN)	3.332	4.247	4.692	27%	10%
Riacho da Cruz (RN)	2.558	2.667	3.165	4%	19%
Rodolfo Fernandes (RN)	5.257	4.467	4.418	-15%	-1%
São Francisco do Oeste (RN)	2.795	3.480	3.874	25%	11%
Severiano Melo (RN)	10.397	10.579	5.752	2%	-46%
Taboleiro Grande (RN)	2.071	2.029	2.317	-2%	14%
Tenente Ananias (RN)	9.529	8.875	9.883	-7%	11%
Viçosa (RN)	1.309	1.521	1.618	16%	6%
TOTAL	107.195	112.349	114.267	4,8%	1,7%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016). Adaptado pelos autores

Ao se debruçar sobre os números expostos na Tabela 01, nota-se que, de maneira geral gerais houve crescimento populacional entre os censos, mas com tendência decrescente: o crescimento entre os censos de 2000-2010 foi bem menor do que o censo 1991-2000. Isso demonstra estagnação (com tendência negativa) no processo de crescimento populacional total da microrregião. Entretanto, quando se analisa município por município, percebe-se que vários deles tiveram redução significativa de suas populações o que faz com que esta estatística apresente baixo índice.

No tocante, ao crescimento populacional de Pau dos Ferros, salienta-se implantação/expansão de órgãos como as instituições públicas de ensino superior, as comarcas do judiciário, as instituições bancárias, dentre outros. Já os demais municípios que mantiveram sua população ou aumentaram, e pode-se incluir Pau dos Ferros novamente, alcançaram isso devido ao sistema de programas sociais (assistencialismo) que ajudaram na recomposição de renda da população e na sua manutenção nas localidades de origem bem como na migração de retorno. Destaque para o município de Severiano Melo, que teve uma redução abrupta da sua população, em torno de 46% entre a aferição do censo populacional de 2000 e 2010 realizado pelo IBGE. Tal situação ocorreu devido a um novo georreferenciamento feito pelo IBGE que acabou contabilizando e incluindo a população de áreas rurais de Severiano Melo/RN aos municípios de Itaú/RN e Apodi/RN (TRIBUNAL DO NORTE, 2010).

Esta redução populacional ocorrida na referida cidade, assim como nas demais, ainda é provocada pela falta de oportunidade de estudo, emprego e pelo fator climático, que impacta na escassez de água. Tais variáveis que ainda levam muita gente a migrar para outras cidades e até regiões são oriundas da ausência de ações e políticas e da falta de um planejamento para o desenvolvimento econômico da região.

Tabela 02: Urbanização da microrregião de Pau dos Ferros-RN (%) 1991-2010

Municípios	(1991)	(2000)	(2010)
Alexandria (RN)	57	65	68
Francisco Dantas (RN)	39	52	57
Itaú (RN)	74	78	86
José da Penha (RN)	46	56	60
Marcelino Vieira (RN)	38	49	59
Paraná (RN)	14	18	21
Pau dos Ferros (RN)	85	90	92
Pilões (RN)	64	73	73
Portalegre (RN)	34	44	53
Rafael Fernandes (RN)	46	52	58
Riacho da Cruz (RN)	71	81	84
Rodolfo Fernandes (RN)	66	85	85
São Francisco do Oeste (RN)	56	71	76
Severiano Melo (RN)	20	22	37
Taboleiro Grande (RN)	62	79	81
Tenente Ananias (RN)	52	63	69
Viçosa (RN)	82	93	95
Média da Microrregião	53	63	68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016). Adaptado pelos autores

Através da Tabela 02, pode-se verificar que todos os municípios apresentaram crescimento da população urbana em detrimento da população rural. Podemos destacar os municípios de Viçosa (95%), Pau dos Ferros (92%) e Itaú (86%) que possuem os maiores índices de urbanização dentre os analisados. Destaque também para o município de Paraná (21%) que possui o menor índice de urbanização.

Esse rápido processo de urbanização concomitante com a falta de planejamento urbano-regional está acarretando nessa microrregião, principalmente em Pau dos Ferro/RN, algumas dificuldades encontradas nos aglomerados não-metropolitanos (cidades médias), como: irregularidade dos imóveis, formação de aglomerações subnormais, falta de saneamento básico/infraestrutura urbana etc. Essa tendência da migração rural-urbano que acontece na região, muito em virtude da estagnação das atividades primárias e da escassez de água para consumo humano e para a produção.

Tabela 03: Trabalhadores maiores de 18 anos ocupados nos setores econômicos na microrregião de Pau dos Ferro-RN (variação % 2000-2010)

Municípios	Agropec.	Comércio	Serviços	Indústria	Construção
Alexandria (RN)	-31%	51%	9%	89%	72%
Francisco Dantas (RN)	17%	82%	-20%	168%	-16%
Itaú (RN)	15%	-2%	-12%	-29%	14%
José da Penha (RN)	-47%	88%	17%	202%	394%
Marcelino Vieira (RN)	-41%	123%	45%	-1%	26%
Paraná (RN)	2%	175%	-20%	-5%	-27%
Pau dos Ferros (RN)	-38%	28%	-5%	-1%	15%
Pilões (RN)	-42%	68%	-4%	141%	197%
Portalegre (RN)	-26%	92%	4%	4%	103%
Rafael Fernandes (RN)	-15%	65%	-12%	-19%	105%
Riacho da Cruz (RN)	-37%	304%	0%	-1%	139%
Rodolfo Fernandes (RN)	-10%	32%	9%	-60%	184%
São Francisco do Oeste (RN)	-21%	29%	-15%	52%	198%
Severiano Melo (RN)	-31%	160%	38%	-37%	111%
Taboleiro Grande (RN)	-18%	201%	-20%	184%	4%
Tenente Ananias (RN)	-56%	109%	47%	20%	121%
Viçosa (RN)	-48%	280%	11%	-	57%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016). Adaptado pelos autores.

*Para fim dessa análise foram desconsiderados os setores: Extrativo Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública, devido ao baixo quantitativo e ausência de dados em diversos municípios.

Quando se analisa a Tabela 03, percebe-se a intensa queda na taxa de trabalhadores no setor agropecuário. Esta evolução decrescente da mão-de-obra alocada no setor agropecuário demonstra o limite das políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento econômico do meio rural e conseqüentemente impacte na permanência do trabalhador rural no campo na região em análise. Apenas três municípios apresentaram aumento na taxa de trabalhadores nas atividades rurais, são eles, Francisco Dantas, Itaú e Paraná. Juntos

eles representam 18% da amostra, isso indica que 82% dos municípios tiveram redução em suas taxas. Houve em média redução de 25 pontos percentuais na taxa de ocupados no setor agropecuário na microrregião.

No período analisado houve o fortalecimento do setor terciário, composto pelas atividades comerciais e de serviços. Especificamente o setor de comércio apresentou maiores taxas de ocupados na totalidade dos municípios e alavancou o crescimento do trabalho nos perímetros urbanos dos municípios. É importante lembrar que o perímetro urbano do município é demarcado através de Lei Municipal, ou seja, fica a critério da administração pública municipal estabelecer o que é zona urbana e o que é zona rural, respeitando alguns critérios estabelecidos pela Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, que versa sobre as diretrizes gerais da política urbana, o chamado Estatuto das Cidades.

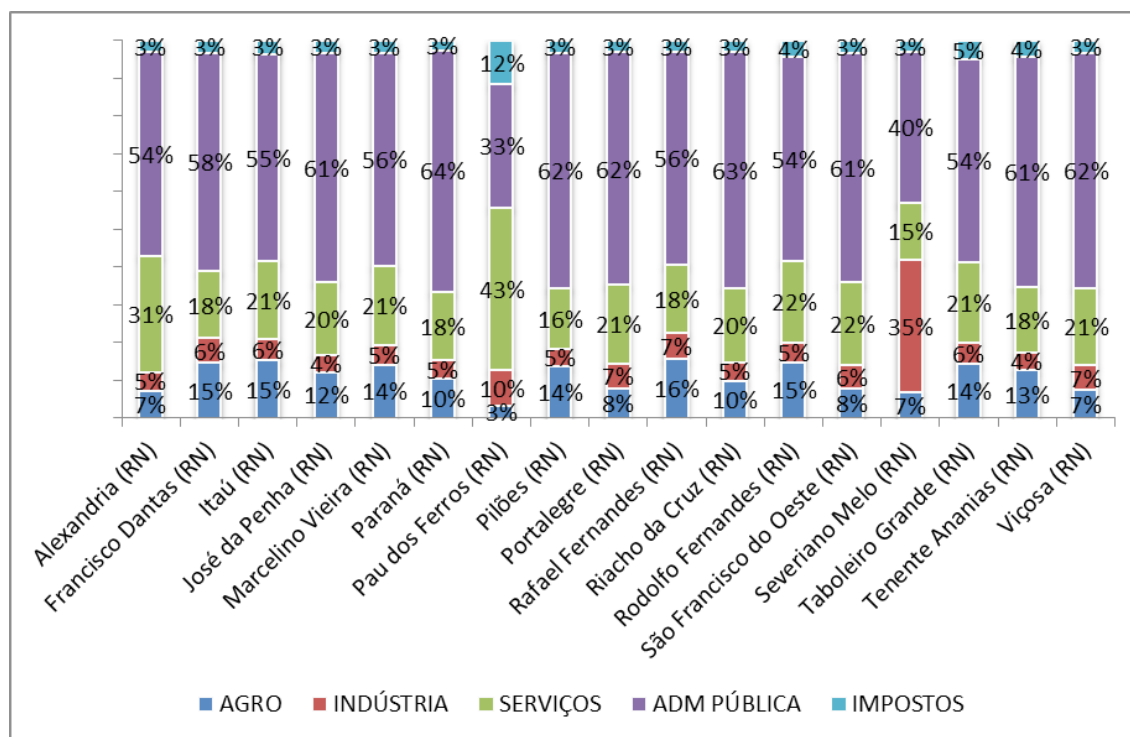


Figura 02: Participação dos setores na composição do PIB da Microrregião de Pau dos Ferros-RN (2002)
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco de Dados do SIDRA (2017).

As transformações perceptíveis por meio dos dados estatísticos e por visita *in loco* são bastante significativas para entender e auferir as mudanças ocorridas pelo menos nas últimas duas décadas nas cidades do interior potiguar, mas especificamente nos municípios aqui estudados. A importância das atividades que na maioria das vezes ocorrem quase que exclusivamente nas áreas centrais dos pequenos núcleos urbanos ganham maior volume e notoriedade. Ao adentrar na perspectiva do aumento das aglomerações e atividades urbanas, reitera-se os efeitos dos elementos climáticos da região do Alto Oeste Potiguar e mais especificamente da Microrregião de Pau dos Ferros que devido aos longos períodos de estiagem, intensificam-se problemas no âmbito social, ambiental, econômico, financeiro e urbano (SOUTO *et al.*, 2017)

Entretanto, não se pode ratificar a ideia de que os problemas urbanos e rurais destes municípios são ocasionados exclusivamente pelo clima, tal situação é algo histórico

onde o enfrentamento da seca ou o seu combate sempre foi dotado de medidas paliativas advindas dos governos federais e estaduais, citam-se essas duas esferas, pois são elas que dispõem de maiores recursos para implementação de investimentos no convívio com a seca tendo simultaneamente caráter multiplicador de externalidades positivas.

Ainda assim, é possível demarcar a contradição a partir do caso do município de Pau dos Ferros que nos últimos dez anos recebeu amplos investimentos de políticas setoriais de educação do Governo Federal, com a construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), dinamizando a economia local e provocando um aumento populacional na área urbana, mas os investimentos na infraestrutura hídrica não ocorreram na devida proporção, e hoje, a cidade e as cidades circunvizinhas são abastecidas por uma adutora de engate rápido que capta água na barragem de Santa Cruz no município de Apodi/RN.

Neste contexto, o Gráfico 01 mostra a composição do PIB dos municípios por setor no ano de 2002 e a Figura 03 comparativamente mostra a mesma informação sendo que no ano de 2014 (início e término da série revisada pelo IBGE). Percebe-se com isso a redução da importância do setor primário frente ao aumento do setor de serviços privados e serviços da administração pública que se concentram quase totalmente nas zonas urbanas dos municípios.

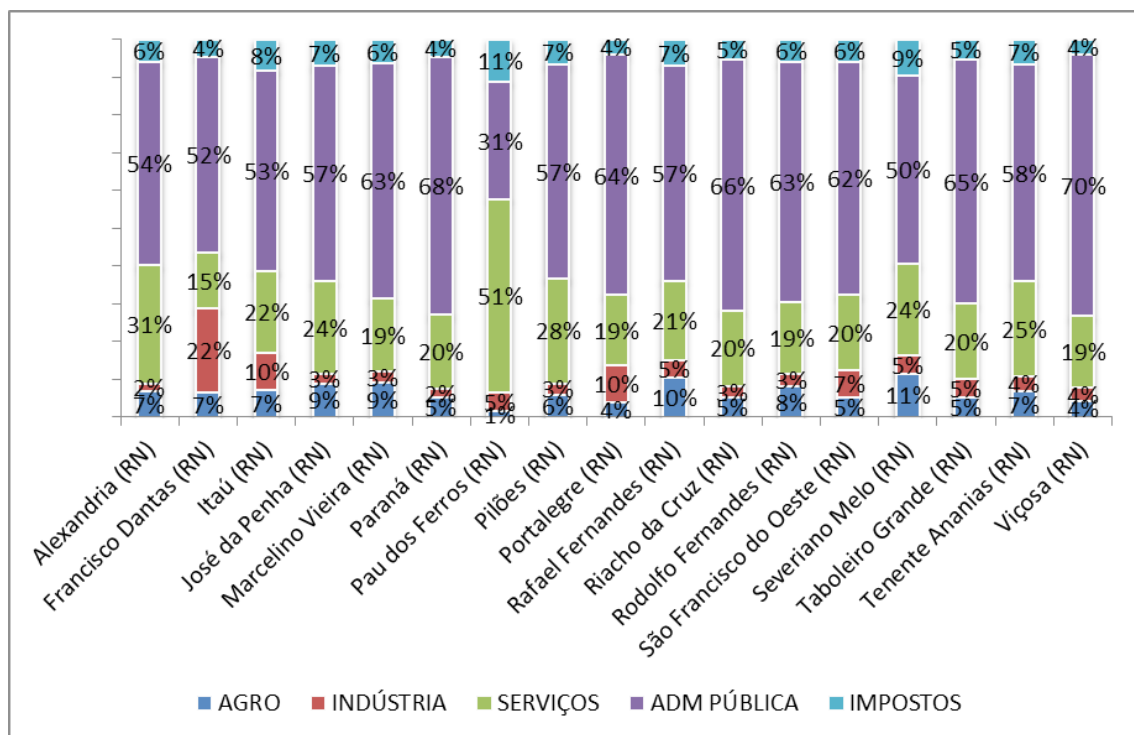


Figura 03: Participação dos setores na composição do PIB da Microrregião de Pau dos Ferros-RN (2014)
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, banco de dados do SIDRA (2017).

Ao mesmo tempo observa-se que o setor primário, responsável pelo processo de ocupação da região, hoje é junto com o setor industrial os que menos contribuem para a economia local. Pode-se destacar também por meio da Figura 03, combinado com os dados da Tabela 01, que as atividades primárias desenvolvidas dentro do perímetro muni-

cipal de Pau dos Ferros, que possui mais de 90% da sua população estabelecida na cidade, são praticamente irrelevantes na composição do PIB, sendo sua taxa a menor da microrregião. Na outra ponta destaca-se o município de Severiano Melo, que detém a maior taxa de participação das atividades primárias no PIB, isso devido à forte presença da cultura do caju que se atem basicamente à produção e venda da castanha. Finaliza-se a análise com a comprovação da preponderância exercida por Pau dos Ferros na oferta de bens e serviços na região, sendo o referido município detentor da maior taxa de participação nos serviços privados.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo explicar acerca do processo de urbanização e a ocupação da microrregião de Pau dos Ferros e seus rebatimentos na conformação urbano-regional do Alto Oeste Potiguar e na sua economia. Foi feito estudo da literatura que contempla tal matéria, assim como análise dos dados disponibilizados pelos órgãos governamentais e demais entidades.

Ao se debruçar nesta análise da microrregião de Pau dos Ferro-RN, diagnosticou-se: i) tímido aumento populacional com tendência negativa entre censos; ii) elevação da taxa de urbanização; iii) grande redução do número de ocupados com 18 anos ou mais no setor agropecuário em detrimento das atividades mais urbanas (serviços, comércio e construção civil) e; iv) diminuição da participação do setor agropecuário no PIB dos municípios e aumento significativo dos setores de serviços e da administração pública na composição do produto da economia local. No entanto, com base no perfil de estrutura produtiva das cidades que se localizam na região semiárida, a redução do setor agropecuário na economia e o eventual aumento do setor de comércio e serviços, concomitante com o aumento da urbanização, ocorreu de forma não planejada o que alterou a conformação urbano-regional, depositando todo o dinamismo político, econômico, social e cultural nos pequenos aglomerados urbanos, subordinados aos grandes centros.

A falta de um planejamento/plano de desenvolvimento regional interligado a um *masterplan* faz com que a região semiárida e suas cidades, caso da microrregião em análise, ainda se defrontem com muitas dificuldades econômicas, sociais e ambientais. No critério econômico, a baixa produtividade dos fatores, a falta de investimento privado (empresas e indústrias de grande porte) e a escassez de água, faz com que ainda hoje as oportunidades de emprego e a renda sejam muito inferiores as das regiões litorâneas e dos polos de desenvolvimento. Na parte social, percebe-se que houve melhoria significativa nos indicadores de desenvolvimento humano, mas muito aquém do que seria o ideal. Quanto ao quesito meio ambiente, ainda é necessário uma melhor gestão dos recursos hídricos que beneficie a população e a produção e buscar também mitigar o processo de desertificação que vem ocorrendo.

O processo de urbanização perceptível nesses pequenos e intermediários aglomerados urbanos acontece, pode-se dizer, até por questões de estratégia de sobrevivência considerando que uma população dispersa neste território será polarizada por aglomerados que disponibilizam a oferta de serviços gerais.

Dessa forma, compete aos governos municipais, estadual e federal investirem maiores recursos em tecnologia, mecanismos e políticas públicas que propiciem a convivência com o clima semiárido rompendo com o paradigma do combate à seca, assim fomentando o desenvolvimento do bem-estar social e o crescimento econômico desses municípios.

Notas

- 1 Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007). O relatório de autoria do IBGE hierarquiza as cidades brasileiras e atribui os seguintes níveis de classificação: Grande Metrópole Nacional; Metrópole Nacional; Metrópole; Capital Regional A; Capital Regional B; Capital Regional C; Centro sub-regional A; Centro sub-regional B; Centro de Zona A; Centro de Zona B; Centro Local.

Referências

- ABRAPA. Algodão no Brasil. Disponível em: <http://www.abrapa.com.br/Paginas/dados/algodao-no-brasil.aspx>. Acesso em: 25 out. 2017.
- AB'SABER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Atlas do IDHM*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 25 maio 2017.
- BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2012.
- CLEMENTINO, M. do L. M. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal-RN: UFRN-CCHLA, 1995.
- DANTAS, J. R. Q. *As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)*. Natal, 2014, 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.
- DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. Desenvolvimento e urbanização: a rede urbana potiguar sob a ótica dos 'REGICs'. *Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 4, n. 1, p. 71-82, jan./jun. 2014.
- DANTAS, J. R. Q.; FRANÇA, R. S. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: um estudo do IDHM nos municípios Potiguares. Trabalho apresentado no GT 4 Dinâmicas Socioeconômicas no Território – III Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade – SEDRES, Blumenau (SC), ocorrido entre 14 e 16 de setembro de 2016.
- DANTAS, J. R. Q.; SILVA, F. S. B. A (re) organização socioespacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o alto oeste: particularidades sobre pau dos ferros. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Ano XIII, n. 24, p. 35-44, dez. 2011.
- DINIZ, C. C. A questão territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: DELFIM NETTO, A. *O Brasil do Século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 293-298.
- ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GRAY, D. E. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência das Cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- MACEDO, F. C.; LIMA JÚNIOR, F. O.; MORAIS, J. M. L. Dinâmica econômica e rede urbana cearense

no início do século XXI. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 16, p. 70-93, 2012.

SANTOS, M. *A urbanização Brasileira*. 5. ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466- 485, jul./set. 2007.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUTO, L. V.; LIMA, D. F.; BARRETO FILHO, B. F.; DANTAS, J. R. Q. *O nordeste e a escassez de água: uma abordagem da microrregião de Pau dos Ferros/RN*. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo - SP. *Anais [...]*. São Paulo - SP: FAUUSP, 2017. v. 1. p. 1-16.

TRIBUNA DO NORTE. TSE Revela que nove municípios do RN têm mais eleitores que habitantes. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/tse-revela-que-nove-municipios-do-rn-tem-mais-eleitores-que-habitantes/86506>. Acesso em: 01 jul. 2017.

Recebido em: 18.08.2019. Aprovado em: 20.10.2019.

LUCAS VALENTE SOUTO

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros/RN (PLANDITES/UERN). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Servidor da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). *E-mail*: lucasvsouto@gmail.com

ALMIR MARIANO DE SOUSA JÚNIOR

Doutor em Ciência e Engenharia de Petróleo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Engenharia de Petróleo e Gás Natural e Professor Adjunto da Universidade Federal do Semiárido (UFERSA, Mossoró). Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). *E-mail*: almir.mariano@ufersa.edu.br

FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/SP. Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Graduado em Economia pela URCA. Estágio Doutoral PDSE CAPES no Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria. Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (DE-URCA). *E-mail*: lima.junior@urca.br.